



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
53/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PERNAMBUCO E A EMPRESA GENNESIS ENGENHARIA E  
CONSULTORIA LTDA.

A Universidade Federal de Pernambuco, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Prof. Alfredo Macedo Gomes, Reitor, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, portador da matrícula funcional nº 1171268, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.596/0001-36, sediada na Quadra SHCGN CLR 705 Bloco E S/N Loja 08 Parte MO, Bairro Asa Norte, Brasília/DF – CEP: 70730-555, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Marcus Vinicius Farias de Castro, Sócio Administrador, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no processo nº 23076.066249/2023-15 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão por sistema de registro de preços nº 60/2022 da UFRN (UASG 153103), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

### **1. Objeto.**

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA ATENDER DEMANDAS DA UFPE PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na **DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS LICITADOS**, anexos do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Os itens do objeto da contratação estão discriminados na **DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS LICITADOS**, anexos do Edital.

## **2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

### **2. Vigência.**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 02 / 10 / 2023 e encerramento em 02 / 10 / 2024, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- III. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- IV. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**MARCUS  
VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:056  
83832497**

Assinado de forma  
digital por MARCUS  
VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:056838324  
97  
Dados: 2023.09.22  
16:04:14 -03'00'

V. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

VI. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

VII. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

### **3 – CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

---

#### **3. Preço.**

**3.1.** O valor total da contratação é de R\$ 1.571.650,25 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **4 – CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

#### **4. Dotação Orçamentária.**

**4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo.

Gestão/Unidade: 15233 / 153095 – UFPE / SINPRA

Fonte: Tesouro/ Próprio

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco

Elemento de Despesa: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Plano Interno: M0053G0123N

Nota de Empenho: 2023NE000089

**4.2.** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5 – CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

---

#### **5. Pagamento.**

**5.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 15 do Termo de Referência da UFPE (Anexo I) e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### **6 – CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

---

#### **6. Reajuste.**

**6.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no item 16 do Termo de Referência da UFPE (Anexo I).

### **7 – CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

---

#### **7. Garantia de Execução do Contrato.**

**7.1.** Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no item 17 do Termo de Referência da UFPE (Anexo I).

### **8 – CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

---

#### **8. Regime de Execução dos Serviços e Fiscalização.**

**8.1.** O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência da UFPE (Anexo I) e na **DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS LICITADOS**, anexos do Edital.

MARCUS  
VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:0  
56838324  
97

Assinado de  
forma digital por  
MARCUS  
VINICIUS FARIAS  
DE  
CASTRO:056838  
32497  
Dados:  
2023.09.22  
16:04:30 -03'00'

## **9 – CLÁUSULA NONA – GARANTIA DOS SERVIÇOS**

---

### **9. Garantia dos Serviços.**

**9.1.** As disposições relativas à garantia dos serviços em relação ao objeto deste Contrato estão no item 07 do Termo de Referência da UFPE (Anexo I).

## **10 – CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

---

### **10. Obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA.**

**10.1.** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos itens 08 e 09 do Termo de Referência da UFPE (Anexo I).

## **11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

### **11. Sanções Administrativas.**

**11.1.** As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 18 do Termo de Referência da UFPE (Anexo I).

## **12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

---

### **12. Rescisão.**

**12.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**12.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**12.1.2.** amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**12.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Indenizações e multas.

## **13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

---

### **13. Vedações e Permissões**

**13.1.** É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13.2.** É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

**13.2.1.** A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**13.2.2.** A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

MARCUS  
VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:0  
56838324  
97

Assinado de  
forma digital por  
MARCUS  
VINICIUS FARIAS  
DE  
CASTRO:0568383  
2497  
Dados:  
2023.09.22  
16:04:43 -03'00'

#### **14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

---

##### **14. Alterações.**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN n. 05, de 2017.

**14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

---

##### **15. Dos Casos Omissos.**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

---

##### **16. Publicação.**

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

---

##### **17. Foro.**

**17.1.** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Recife, 29 de setembro de 2023.

ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:4197207  
4415

Assinado de forma digital  
por ALFREDO MACEDO  
GOMES:41972074415  
Dados: 2023.09.29  
10:19:36 -03'00'

Representante legal do CONTRATANTE

MARCUS VINICIUS FARIAS  
DE CASTRO:05683832497

Assinado de forma digital por  
MARCUS VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:05683832497  
Dados: 2023.09.22 16:05:04 -03'00'

Representante legal da CONTRATADA

##### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-

##### **ANEXOS DO CONTRATO:**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DA UFPE

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA PARA A UFPE

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

MARCUS  
VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:056  
83832497

Assinado de forma  
digital por MARCUS  
VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:056838324  
97  
Dados: 2023.09.22  
16:05:26 -03'00'



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

TERMO DE REFERÊNCIA  
(Processo Administrativo nº 23076.066249/2023-15)

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impermeabilização e recuperação de cobertura em edificações da Universidade Federal de Pernambuco com fornecimento de material, para atender demandas da UFPE pelo período de 12 meses, por meio de adesão à Ata de Registro de Preço do pregão 60/2022 da UASG 153103, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	DESCRIÇÃO	Unid. de Medida	Quant idade	Valor unitário	Valor total
	1	ALVENARIA SINGELA DE VEDAÇÃO COM BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL (1/2 VEZ), DE 9X19X19CM, PARA CALHAS E PLATIBANDAS.	m²	75	R\$ 149,00	R\$ 11.175,00
	2	CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA MÉDIA PENEIRADA, NO TRAÇO 1:3 , INCLUSIVE ADITIVO AGLUTINANTE TIPO BIANCO.	m²	250	R\$ 8,90	R\$ 2.225,00
	3	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE FITA ASFÁLTICA IMPERMEÁVEL AUTOADESIVA (MANTA FRIA) COM ESTRUTURANTE INTERNO, ESPESSURA MÍNIMA 1,2MM, LARGURA DE 30CM, COM REVESTIMENTO EM ALUMÍNIO PARA VEDAÇÃO.	metro	450	R\$ 17,00	R\$ 7.650,00
	4	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE À BASE DE MANTA LÍQUIDA ACRÍLICA OU RESINAS ACRÍLICAS ELÁSTICAS E FLEXÍVEIS, APLICADO A FRIO, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E A RAIOS SOLARES, PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHADOS, LAJES, PAREDES E PISOS DE ÁREAS FRIAS.	m²	150	R\$ 99,19	R\$ 14.878,50
	5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPIM E RUFO EM CONCRETO ARMADO COM ACABAMENTO DESEMPENADO APARENTE, MEDINDO 25 X 5 CM, PARA PROTEÇÃO DE ALVENARIAS E COBERTURAS.	metro	300	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00
	6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELA PLÁSTICA PEAD, MALHA 13 MM E FIO 1,0 MM, APLICADA NA ANCORAGEM DA MANTA ASFÁLTICA.	m²	300	R\$ 13,86	R\$ 4.158,00
	7	IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS E LAJES C/ MANTA ASFÁLTICA DE POLIESTER, ESPESSURA 4 MM,	m²	1050	R\$ 107,00	R\$ 112.350,00

MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:05683832497

Assinado de forma digital por  
MARCUS VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:05683832497  
Dados: 2023.09.22 16:05:39  
-03'00'

1		INCLUSIVE IMPRIMAÇÃO.				
	8	IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS E LAJES COM MANTA ASFÁLTICA DE POLIÉSTER, ESPESSURA 3 MM (MANTA ALUMINIZADA), INCLUSIVE IMPRIMAÇÃO.	m²	3050	R\$ 107,00	R\$ 326.350,00
	9	IMPERMEABILIZAÇÃO EM CAIXAS D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS COM MANTA ASFÁLTICA DE POLIÉSTER, TIPO III, ESP.: 4MM, INCLUSIVE IMPRIMAÇÃO E ANCORAGEM COM PINOS DE AÇO INOX NAS PAREDES VERTICAIS.	m²	275	R\$ 124,00	R\$ 34.100,00
	10	IMPERMEABILIZAÇÃO SEMI-FLEXÍVEL COM TINTA ASFÁLTICA EM SUPERFÍCIES LISAS DE PEQUENAS DIMENSÕES	m²	155	R\$ 40,00	R\$ 6.200,00
	11	MOVIMENTAÇÕES DE TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE IMPERMEABILIZAÇÕES DE CALHAS E LAJES ADJACENTES, SEM SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE VEDAÇÃO E PARAFUSO, PARA REALIZAÇÃO DE REPAROS NA COBERTURA. NÃO HÁ TRANSPORTE OU DESCIDA DE TELHAS, O MATERIAL É ACOMODADO NA PRÓPRIA COBERTURA DURANTE A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.	m²	2550	R\$ 23,10	R\$ 58.905,00
	12	PROTEÇÃO MECÂNICA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 ( CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2 CM.	m²	950	R\$ 55,10	R\$ 52.345,00
	13	RASPAGEM DE SUPERFÍCIE IMPERMEABILIZADA COM TINTA ASFÁLTICA, INCLUSIVE BOTA FORA DO MATERIAL RESULTANTE.	m²	125	R\$ 14,40	R\$ 1.800,00
	14	REGULARIZAÇÃO DE PISO/BASE EM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA MÉDIA DE 3,0 CM, PREPARO MANUAL.	m²	2500	R\$ 56,60	R\$ 141.500,00
	15	RETIRADA DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MANTA ASFÁLTICA, INCLUSIVE BOTA FORA DO MATERIAL RESULTANTE.	m²	3050	R\$ 14,40	R\$ 43.920,00
	16	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 5 METROS CÚBICOS E RETIRADA DE ENTULHO DA OBRA, CLASSE A (SOLO, CONCRETO, ARGAMASSAS, TIJOLOS) UTILIZANDO CAIXA COLETORA (CAÇAMBA) COM CAPACIDADE DE 5M3, INCLUSIVE ALUGUEL DA CAÇAMBA E DESTINAÇÃO APROPRIADA.	m³	400	R\$ 324,00	R\$ 129.600,00
	17	REVISÃO DE COBERTURA DE TELHA TIPO COLONIAL COM RETIRADA E REASSENTAMENTO DAS TELHAS, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE 30% DO MATERIAL.	m²	1250	R\$ 56,00	R\$ 70.000,00
	18	REVISÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI 1ª SERRADA NÃO APARELHADA PARA TELHAS ONDULADAS, VÃOS DE 7 METROS ATÉ 10 METROS COM REPOSIÇÃO DE 30% DO MATERIAL.	m²	1000	R\$ 63,10	R\$ 63.100,00
	19	REVISÃO DE ESTRUTURA EM MADEIRA PARA TELHA CERÂMICA COM REPOSIÇÃO DE 30% DE MATERIAL.	m²	1000	R\$ 102,00	R\$ 102.000,00
		SUBSTITUIÇÃO (RETIRADA DO ANTIGO E COLOCAÇÃO DO NOVO) OU TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, APLICAÇÃO DE DELIMITADOR DE				

20	PROFUNDIDADE IMPERMEÁVEL E FLEXÍVEL COM ESPUMA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE COM DIÂMETRO DE 25MM, SELANTE/MASTIQUE A BASE DE POLIURETANO (PU). E = 20MM.	metro	600	R\$ 60,00	R\$ 36.000,00
21	SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE FIXAÇÃO PARA TELHAS METÁLICAS. O CONJUNTO DEVE INCLUIR HASTE DE = ALUMÍNIO C/ REGIÃO ROSCÁVEL, PORCA DE ALUMÍNIO Ø 5/16" LIGA 6063-T6, ARRUELA DE ALUMÍNIO Ø 28X2 MM LIGA 3105-H19, DUPLA GUARNIÇÃO EM EPDM Ø 22X3 MM, GOIVA TRAPEZOIDAL DE ALUMÍNIO LIGA 3105-H19. MATERIAIS E APLICAÇÃO CONFORME NBR 14331-2009.	m²	2600	R\$ 28,00	R\$ 72.800,00
22	SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE VEDAÇÃO E PARAFUSO PARA TELHAS DE FIBROCIMENTO	m²	2600	R\$ 27,50	R\$ 71.500,00
23	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL FIBROCIMENTO S/ AMIANTO (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO - CRFS), PARA TELHA ONDULADA, DIMENSÕES MÍNIMAS 1060 X 597 MM, INCLINAÇÃO ENTRE 5 E 20 GRAUS, ESPESSURA 8MM. INCLUSIVE RETIRADA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DA TELHA DANIFICADA.	unidade	125	R\$ 75,95	R\$ 9.493,75
24	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL FIBROCIMENTO S/ AMIANTO (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO - CRFS), PARA TELHA ONDULADA, DIMENSÕES MÍNIMAS 1100 X 500 MM, INCLINAÇÃO ENTRE 5 E 20 GRAUS, ESPESSURA 8MM. INCLUSIVE RETIRADA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DA TELHA DANIFICADA.	unidade	200	R\$ 68,00	R\$ 13.600,00
25	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA FIBROCIMENTO S/ AMIANTO (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO - CRFS), TIPO MAXIPLAC, ESPESSURA 8MM. INCLUSIVE RETIRADA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DA TELHA DANIFICADA	m²	200	R\$ 225,00	R\$ 45.000,00
26	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA FIBROCIMENTO S/ AMIANTO (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO - CRFS), TIPO ONDULADA, ESPESSURA 8MM. INCLUSIVE RETIRADA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DA TELHA DANIFICADA.	m²	600	R\$ 205,00	R\$ 123.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 1.571.650,25</b>

1.2. O quantitativo e valores do objeto está discriminado na tabela acima

1.3. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:05683832  
497

Assinado de forma digital  
por MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:05683832497  
Dados: 2023.09.22 16:06:04  
-03'00'



### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição como um todo, encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Trata-se de **serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a ser contratado mediante adesão a Ata de Registro de Preço.

4.1.1. O objeto desta adesão é caracterizado como **serviço comum** conforme Decreto nº 5.450/17, pois este tem seus padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4.1.2. O objeto desta adesão é caracterizado como **serviço continuado** conforme Instrução Normativa nº 05/2017, pois visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, ou de outro modo posto à disposição em caráter permanente, sem a dedicação exclusiva de mão de obra.

- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

### 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas **obrigações da contratada**.

### 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Das Condições Gerais de Execução dos Serviços

- 6.1. A empresa CONTRATADA para a execução dos serviços constantes do objeto licitado deverá atender às exigências contidas neste Termo de Referência. Deverá, também, prestar toda a assistência técnica-administrativa durante o fornecimento dos serviços, mantendo nos locais de realização destes todo o equipamento e os materiais necessários a uma perfeita execução, com qualidade, segurança e cumprimento dos prazos estabelecidos.

6.1.1. A CONTRATADA será responsável, durante toda a vigência do seu contrato com a UFPE, pelos materiais e equipamentos existentes nos locais dos serviços necessários à instalação/montagem, como ferramentas, máquinas, peças, acessórios, etc., devendo para tanto **manter vigilância nas 24 (vinte e quatro) horas do dia**.

- 6.2. A CONTRATADA deverá manter a frente dos serviços um representante credenciado, com a missão de garantir o bom andamento da execução do contrato e com a obrigação de tomar decisões pertinentes quanto a imediata correção de falhas.

- 6.3. **A CONTRATADA deverá manter os locais dos serviços em permanente estado de limpeza, higiene e conservação**, obrigando-se a retirar todo lixo, excesso de material, estruturas temporárias e equipamentos dos locais onde foram realizados os serviços, antes do recebimento final por parte do fiscal do contrato.

- 6.4. Os preços adotados pela empresa contratada deverão estar inclusas TODAS as despesas necessárias, inclusive custos com materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações, depreciações, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços.

6.4.1. O emprego de mão de obra deve ficar a cargo de profissionais de reconhecida qualificação por parte da CONTRATADA, o que deverá ficar comprovado nos acabamentos esmerados dos serviços, realizados de acordo

com as especificações dos itens neste Termo de Referência

6.4.2. Os materiais utilizados nos serviços de impermeabilização e/ou cobertura deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por produtos sustentáveis ou com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.4.2.1. Só serão admitidos materiais novos e de primeira qualidade, sem defeitos e/ou deformações, aceitos pela equipe técnica de apoio desta Adesão, sendo todo o serviço executado com esmero e perfeição.

6.5. Os serviços a serem prestados deverão obedecer rigorosamente às normas técnicas, de segurança e de medicina do trabalho vigentes para trabalhos desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados.

6.6. Quando necessário, a CONTRATADA deverá realizar os serviços reparatórios e de acabamento após a realização dos serviços nos imóveis da UFPE.

6.6.1. A CONTRATADA obrigará-se a corrigir quaisquer vícios ou defeitos na execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes das possíveis correções, bem como a reposição dos materiais idênticos aos anteriormente danificados ou inutilizados, ainda que verificados após a sua aceitação pela FISCALIZAÇÃO e mesmo até o término do prazo do contrato, como também será responsável pelos danos causados à Universidade e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e/ou omissão.

6.7. A CONTRATADA deve realizar o planejamento da execução dos serviços de impermeabilização e cobertura em observância às condições climáticas do período e dias úteis da instituição, conforme calendário acadêmico.

6.8. Em função da natureza da contratação, devem ser adotadas estratégias para minimizar os riscos de infiltração e transtornos durante a execução dos serviços (impermeabilização e cobertura).

6.9. A CONTRATADA deve realizar a comunicação aos usuários da edificação sobre a execução dos serviços, informando o cronograma previsto.

6.10. Toda e qualquer ação para manutenção de coberturas (telhas, calhas, lajes, reservatórios, entre outros) deverá ter autorização prévia da SINFR/UFPE ou do setor responsável, bem como avaliação das condições atuais da edificação (acesso, coberturas, entre outros).

6.11. Nas edificações onde não haja fácil acesso (interno ou externo) à cobertura, a CONTRATADA deverá providenciar as condições necessárias para o acesso com segurança (utilização de escadas, andaimes, etc).

Do Escopo dos Serviços

#### **6.12. IMPERMEABILIZAÇÃO EM LAJES, CALHAS E CAIXAS D'ÁGUA:**

6.12.1. Inicialmente deverá ser providenciada a limpeza da superfície a ser impermeabilizada removendo-se os agregados soltos, os restos de madeira ou outros materiais incrustados no concreto, além de óleos, graxas ou outros substratos estranhos ao concreto assim como as mantas de impermeabilizações existentes, a serem substituídas. É importante destacar que a limpeza do substrato está inclusa na composição para aplicação da manta asfáltica (nova). Na situação de remoção de manta asfáltica existente no local, a mesma deverá ser completa, onde se caracteriza por um novo serviço (remoção de manta asfáltica).

6.12.2. Após a limpeza, será executado o chapisco, caso aplicável a critério da contratada com concordância da fiscalização, com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, com a adição de emulsão adesiva, composta de resina sintética de alto desempenho, na proporção indicada pelo fabricante.

6.12.3. Efetuado o chapisco, será executada a camada de regularização, caso aplicável a critério contratada com concordância da fiscalização, com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com preparo mecânico, com espessura média de 3,0 (três) cm, obedecendo sempre o caimento mínimo de 1,0% na direção das descidas de águas pluviais. Os encontros entre lajes, vigas e paredes deverão ser arredondados (meia cana – mínimo 20 cm de altura). Quando aplicável, deve ser feito o chumbamento da saída do tubo de queda/ralos, conforme recomendação do fabricante.

6.12.4. Efetuada a cura da camada de regularização, será realizada a imprimação com primer à base de asfalto oxidado, aplicado com rolo tipo lã de carneiro.

6.12.5. Feita a imprimação, serão aplicadas nas lajes e calhas, mantas asfálticas, aluminizadas ou não (conforme demanda da UFPE), com armadura de poliéster, classe A, Tipo II, pré-fabricadas industrialmente para impermeabilizações. As mantas aluminizadas terão 3mm e as não aluminizadas 4mm de espessura (conforme demanda da UFPE). Na aplicação deverão ser obedecidas as recomendações do fabricante, inclusive no que se refere à ancoragem. Antes da aplicação da manta deverão ser tratados os ralos e os pontos emergentes, sempre de acordo com as instruções do fabricante.

6.12.6. Nas caixas d'água e reservatórios, assim como em outras superfícies verticais, serão aplicadas mantas asfálticas com armadura de poliéster, classe A, Tipo III, com espessura de 4mm, ancoradas nas paredes verticais com pinos de aço.

6.12.7. A sobreposição nas emendas entre mantas (nas duas direções) deverá ser de 10 (dez) cm.

6.12.8. Antes da execução da proteção mecânica, deverá ser efetuado o teste de estanqueidade com a utilização de uma lâmina de água mínima de 5 cm durante pelo menos 72 (setenta e duas) horas.

6.12.9. Concluído o teste de estanqueidade, aplica-se a camada separadora, constituída de um filme de polietileno, sobre o qual deverá ser executada a proteção mecânica. Esse procedimento evitará a aderência da argamassa com a manta asfáltica, reduzindo a possibilidade de danos à manta pela abrasão.

6.12.10. No caso das paredes verticais das caixas d'água e reservatórios, além da ancoragem com pinos, deverá ser aplicada tela plástica PEAD, com malha de 13mm e fio de 1,0mm, fixada na mesma ancoragem da manta asfáltica. Sobre a tela será aplicado o chapisco e posteriormente a proteção mecânica.

6.12.11. A proteção mecânica será executada, caso aplicável, com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com espessura de 3,0 cm, formando, nas lajes, quadros de 1,20 m x 1,20 m separados com juntas de PVC nas dimensões de 3 mm x 3 mm.

6.12.12. Para impermeabilização à base de manta líquida acrílica ou resinas acrílicas elásticas e flexíveis, aplicada a frio, devem ser obedecidas as recomendações do fabricante quanto ao número de demãos, reforços necessários com tela poliéster, faixa de temperatura de aplicação, entre outros.

### **6.13. COBERTURAS:**

6.13.1. Em intervenções nas coberturas das edificações, devem ser adotadas ações para evitar danos nos seus elementos (telhas, rufos, chapim, calhas, etc) existentes no local, principalmente durante a movimentação de materiais e pessoas sobre o telhado, utilizando, se necessário, de dispositivos para esta finalidade (passarela para telhado).

6.13.2. Na revisão das coberturas, em telhas onduladas de fibrocimento ou cerâmicas tipo canal, será efetuada a retirada total das telhas. As telhas em bom estado serão reaproveitadas, após autorização da FISCALIZAÇÃO.

6.13.3. Após a retirada das telhas será efetuada rigorosa inspeção no madeiramento existente, devendo ser retiradas e substituídas todas as peças que se apresentem danificadas.

6.13.4. Serão recolocadas as telhas, aproveitando-se aquelas em bom estado, e complementando com novas telhas adequadas às existentes.

6.13.5. Nas coberturas em telhas de fibrocimento serão trocados, por novos, os parafusos e conjuntos de vedação em borracha.

6.13.6. Pequenos furos nas telhas a serem reaproveitadas, deverão ser corridos com material impermeabilizante.

6.13.7. Os rufos em concreto existentes e as calhas serão impermeabilizados com a aplicação de 03 (três) demãos de tinta betuminosa, manta aluminizada ou manta líquida.

6.13.8. Na revisão das estruturas de madeira dos telhados, qualquer substituição será constituída de peças de maçaranduba, alinhadas sem falhas e fissuras nas dimensões necessárias para suportar os esforços a que forem solicitadas e espaçadas de acordo com as normas estabelecidas pelo fabricante da telha devendo ainda, ser

sustentadas, intermediariamente, no sentido do comprimento das peças por apoios da mesma madeira e mesma bitola.

#### Do Início da Execução do Objeto

6.14. O prazo para início da execução do objeto será de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, no local previsto para a realização dos serviços, preferencialmente em horário comercial.

#### Do Local de Execução dos Serviços

I. A execução do serviço deverá ser realizada nas dependências do Campus Recife da UFPE – Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901.

### 7. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

#### Cobertura

7.1 A execução da garantia incluirá refazimento parcial ou integral do serviço e não implicará, em qualquer hipótese, ônus para a CONTRATANTE.

#### Da Responsabilidade

7.2. A garantia será exigida diretamente da própria CONTRATADA; não será admitida, em hipótese alguma, transferência desta responsabilidade para terceiros.

#### Prazo de Garantia

7.3. O prazo de garantia para **solidez e segurança dos serviços em COBERTURAS, LAJES, CALHAS e RESERVATÓRIOS será de 05 (cinco) anos**, contados do recebimento definitivo do serviço executado, conforme estabelecido pelo art. 618 do Código Civil Brasileiro.

7.4. O prazo de garantia para **vícios de fabricação ou de instalação para todos os MATERIAIS e para os serviços de COBERTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO** com manta asfáltica será de, no mínimo, 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo do serviço executado.

7.5. É de inteira responsabilidade da empresa **CONTRATADA** zelar pela boa qualidade da mão-de-obra e dos materiais nela empregados e fornecidos.

#### Prazo de Refazimento

7.6. CONSTATADA a execução de qualquer item do objeto desta adesão em desconformidade com as especificações técnicas e condições exigidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA obrigar-se-á a refazê-lo, inclusive a substituição do material nele empregado, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado a partir do envio da notificação à Contratada.

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de

Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.22. **Nos casos em que couber**, assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

I. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

II. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros



subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

#### Obrigações Especiais da Contratada

9.23. Deverá haver o emprego prioritário de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, nos termos do art. 12, inc. IV, da Lei nº 8.666/93 e §1º do art. 4º da IN nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG.

9.24. A CONTRATADA deverá cumprir o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e §3º do art. 4º da IN nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG para não incorrer em multa, **sendo obrigatória sua comprovação para fins de pagamento.**

9.24.1. Os resíduos da execução dos serviços, quando produzidos, deverão ser gerenciados de acordo com as Resoluções CONAMA números 307/2002 e 448/2012, transportados por empresa licenciada pelo Órgão Estadual de Engenharia do Meio Ambiente e encaminhados para disposição final em receptores de resíduos também licenciados pelo Órgão Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.

9.25. Os materiais a serem empregados nos serviços satisfarão às condições estabelecidas nos projetos e especificações correspondentes, observando-se, no entanto, que a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, nas obras públicas e/ou serviços de engenharia, **utilizar agregados reciclados, sempre que existir oferta, capacidade de suprimento e custo inferior aos agregados naturais**, nos termos do §3º do art. 4º da IN nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG. **A UTILIZAÇÃO DOS AGREGADOS RECIKLADOS NÃO SE APLICA AOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS.**

## 10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 12. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o

desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

12.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

13.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

I. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

II. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços

13.2. Os critérios de aferição da execução contratual para fins de pagamento constarão no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I.

13.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.3.1. não produziu os resultados acordados;

13.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;



13.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-o com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis

14.3.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o RECEBIMENTO PROVISÓRIO com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS, o Gestor do Contrato deverá providenciar o RECEBIMENTO DEFINITIVO, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela

MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:0568383249

7

Assinado de forma digital por  
MARCUS VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:05683832497  
Dados: 2023.09.22 16:08:35  
-03'00'

fiscalização, com base no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), ou instrumento substituto.

14.5. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **15. DO PAGAMENTO**

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

15.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

15.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período de prestação dos serviços;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor

remanescente, sempre que este ocorrer.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **17. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

17.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

17.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.2.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.2.1.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.2.1.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.2.1.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

17.2.1.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-

MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:05683832497

Assinado de forma digital por  
MARCUS VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:05683832497  
Dados: 2023.09.22 16:09:37 -03'00'

se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.10. Será considerada extinta a garantia:

17.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

17.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

17.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência e no Contrato.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

I. inexecutar, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

II. ensejar o retardamento da execução do objeto;

III. fraudar na execução do contrato;

IV. comportar-se de modo inidôneo; ou

V. cometer fraude fiscal;

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:05683832  
497

Assinado de forma digital  
por MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:05683832497  
Dados: 2023.09.22 16:09:52  
-03'00'

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste Termo de Referência.

18.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Graduações das Infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 - Infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:0568383249  
7

Assinado de forma digital por  
MARCUS VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:05683832497  
Dados: 2023.09.22 16:12:36  
-03'00'

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da adesão;

18.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 11. ESTIMATIVA DE PREÇOS

MARCUS VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:0568383  
2497

Assinado de forma  
digital por MARCUS  
VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:05683832497  
Dados: 2023.09.22  
16:12:54 -03'00'

17.1 O custo da contratação é de R\$ 1.571.650,25 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), por se tratar de adesão ao PE 60/2022 da UASG 153103.

17.2 A pesquisa de preços para municiar a vantajosidade da adesão à ata foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa SEDGG/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020, sendo composta por: Planilha de Comparativo de Preços e relatório da Pesquisa de preço (anexos ao processo).

17.3 Em atendimento ao disposto no Art.5º, da Normativa SEDGG/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020, utilizou-se valores obtidos através de consulta direta com fornecedores.

## **12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

18.1. Os dados da dotação orçamentária que atenderá as despesas oriundas da contratação almejada serão especificados em formulário específico, a ser expedido pela Diretoria de Orçamento – DORC da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN, devendo ser juntado ao processo administrativo a que se refere este Termo de Referência.

Recife, 01 de agosto de 2023.

**Carlos Vítor da Silva Sarmiento**  
Diretor de Manutenção e Conservação  
SIAPE: 1829515

**Daniela Lira Tavares**  
Coordenadora Administrativa e Financeira  
SIAPE: 2085433

**Diogo José Vidal de Lima**  
Membro Administrativo  
Coordenação Administrativa e Financeira  
SIAPE: 3267650

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REF.  
AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23076.066249/2023-15.



DECLARO que os dados da dotação orçamentária que atenderá as despesas oriundas da contratação almejada serão especificados em formulário específico, a ser expedido pela Diretoria de Orçamento – DORC da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN, devendo ser juntado ao processo administrativo a que se refere este Termo de Referência.

DECLARO, ainda, que as despesas que porventura ultrapassem o exercício em que ocorra a contratação, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

Isto posto, nos termos do artigo 9º do §1º do Decreto n. 5.450, de 2005, APROVO, como ordenador de despesa, este Termo de Referência, indicando como elementos técnicos fundamentais que o apoiam e necessários a orientar o Termo Contratual, os anexos nele elencados.

Recife, 01 de agosto de 2023.

Aprovo este Termo:

Paulo Alison Sousa Pessoa  
Superintendente de Infraestrutura  
SIAPE: 1724595

Autorizo adesão à ata de registro de preços:

Alfredo Macedo Gomes  
Reitor da Universidade Federal de Pernambuco  
SIAPE 1171268



Emitido em 01/08/2023

**TERMO DE REFERENCIA Nº 17/2023 - CAF SINFRA (11.97.06)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 01/08/2023 11:48 )*

**ALFREDO MACEDO GOMES**

REITOR - TITULAR

GR (11.01)

Matrícula: ###712#8

*(Assinado digitalmente em 01/08/2023 16:02 )*

**CARLOS VITOR DA SILVA SARMENTO**

TECNICO EM REFRIGERACAO

DME SINFRA (11.97.19)

Matrícula: ###295#5

*(Assinado digitalmente em 02/08/2023 13:32 )*

**DANIELA LIRA TAVARES**

COORDENADOR - TITULAR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###854#3

*(Assinado digitalmente em 01/08/2023 10:26 )*

**DIOGO JOSE VIDAL DE LIMA**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###676#0

*(Assinado digitalmente em 01/08/2023 14:31 )*

**PAULO ALISON SOUSA PESSOA**

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: ###245#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **17**, ano: **2023**, tipo: **TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **01/08/2023** e o código de verificação: **ffe05e0ac7**

## **ANEXO II**

### **PROPOSTA DA EMPRESA**

## PROPOSTA DE PREÇOS

AO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO  
ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 60/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23077.145001/2022-16

ESTA LICITAÇÃO OBJETIVA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÕES DA UFRN, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta para Objeto: Pregão Eletrônico SISRP nº.: 60/2022 - Contratação de empresa para prestação de serviços de impermeabilização e recuperação de cobertura em edificações da UFPE, com fornecimento de material para atender demandas da UFPE pelo período de 12 (doze) meses;

Detalhamento Por Unidade			
UASG			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO		R\$	1.571.650,25
Valor Total do Processo		R\$	1.571.650,25
<b>Valor Total da Proposta: Um milhão, quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos.</b>			

- O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do Pregão
- Valores detalhados no sistema comprasnet
- Prazo de execução: Conforme especificado no edital e seus anexos.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao pregão acima referenciado.

1. Que no preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como todos os tributos, custos diretos e indiretos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
  2. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Órgão / Entidade responsável pelo certame acima referenciado, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiro.
- Que seu(s) sócio(s), dirigente(s), administrador (es), bem como as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário não é(são) servidor(s) do Órgão / Entidade responsável pelo certame acima referenciado e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com:

- servidores detentores de cargo comissionado que atuem em área do Órgão / Entidade responsável pelo certame acima referenciado com gerenciamento sobre o contrato ou sobre

- o serviço objeto da presente licitação;
- servidores detentores de cargo comissionado que atuem na área demandante da licitação;
  - servidores detentores de cargo comissionado que atuem na área que realiza a licitação;
  - servidores do Órgão / Entidade responsável pelo certame acima referenciado hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.
  - 
  - que possui Pleno Conhecimento das condições necessárias para prestação do objeto.
  - que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.
  - que vistoriou os locais e que conhece as condições em que serão executados os serviços objeto desta licitação.
  - 
  - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:
  -

DADOS DA EMPRESA E DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
Razão Social:	GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	
CNPJ N.º: 17.851.596/0001-36	Inscrição Estadual N.º: CF/DF 07.638.782/00196	
Endereço:	Quadra SHCGN CLR 705 Bloco E S/N Loja 08 Parte MO, Bairro Asa Norte, CEP 70730-555, Brasília-DF	
Nome do signatário:	MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO	
Cargo / Função:	Sócio Proprietário / Diretor Administrativo	
RG: 002.229.129 - SESPDS/RN	CPF N.º 056.838.324-97 / RN	E-mail: licitacao.gennesis@gmail.com
Informações Bancárias	Banco: 341 - ITAU - AGENCIA: 0479 – CC: 36883-9.	

## **ENDEREÇOS E CONTATOS MATRIZ E FILIAIS**

Endereço – DF - Fiscal:	Quadra SHCGN, CLR 705 Bloco E S/N, Loja 08 Parte MO, Bairro Asa Norte, CEP: 70730-555
Endereço – DF - Comercial:	Rua 02, Casa 01, Acampamento Tamboril, Vila Planalto, CEP: 70.801-020.
Endereço – RS - Filial	Rua João Bastian, N.139, Três Figueiras, Poa, CEP: 91.330-270, Fone: (51) 3779-3265
Endereço – GO - Filial	Rua: Wilson Rodrigues da Fonseca, S/N, Lote 7, Quadra 038, Setor Sul LI, Cristalina, CEP: 73.850-000
Telefones para contato:	DF - (61) 3226-3401 / RS - (51) 3094-6941 - RN (84) 99934.8189

Brasília/DF, 15 de agosto de 2023.

  
17 851 596/0001-36  
Insc.: 07.638.782/001-96  
GENNESIS ENGENHARIA E  
CONSULTORIA LTDA

Marcus Vinicius Farias de Castro  
GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA  
Sócio Administrativo  
CREA: 2110465999/D-RN

MARCUS  
VINICIUS  
FARIAS DE  
CASTRO:056  
83832497

Assinado de forma  
digital por MARCUS  
VINICIUS FARIAS DE  
CASTRO:056838324  
97  
Dados: 2023.09.22  
16:15:15 -03'00'



A GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo de sociedade empresária limitada, CNPJ 17.851.596/0001-36, Quadra SHCGN CLR 705 Bloco E S/N Loja 08 Parte MO Bairro Asa Norte CEP 70730-555 Brasília/DF

PREGÃO ELETRÔNICO SISRP Nº.: 60/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÕES DA UFRN, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Int.	Quant. Ext.	Quant. Total	Valor	Total
LOTE/GRUPO 1: SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÕES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL							R\$ 1.571.650,25
1	<b>3916000001217 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	50	100	150	R\$ 149,00	R\$ 11.175,00
	ALVENARIA SINGELA DE VEDAÇÃO COM BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL (1/2 VEZ), DE 9X19X19CM, PARA CALHAS E PLATIBANDAS						
	ALVENARIA SINGELA DE VEDAÇÃO COM BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL (1/2 VEZ), DE 9X19X19CM, PARA CALHAS E PLATIBANDAS.						
	CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					75	R\$ 11.175,00
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					0	R\$ -
2	<b>3916000000325 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	400	100	500	R\$ 8,90	R\$ 2.225,00
	CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA MÉDIA PENEIRADA						
	CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA MÉDIA PENEIRADA, NO TRAÇO 1:3, INCLUSIVE ADITIVO AGLUTINANTE TIPO BIANCO.						
	CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					250	R\$ 2.225,00
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					0	R\$ -
3	<b>3916000001210 - LICITADO</b>	METRO	500	400	900	R\$ 17,00	R\$ 7.650,00
	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE FITA ASFÁLTICA IMPERMEÁVEL AUTOADESIVA (MANTA FRIA) COM ESTRUTURANTE INTERNO, ESPESSURA MÍNIMA 1,2MM, LARGURA DE 30CM, COM REVESTIMENTO EM ALUMÍNIO PARA VEDAÇÃO						
	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE FITA ASFÁLTICA IMPERMEÁVEL AUTOADESIVA (MANTA FRIA) COM ESTRUTURANTE INTERNO, ESPESSURA MÍNIMA 1,2MM, LARGURA DE 30CM, COM REVESTIMENTO EM ALUMÍNIO PARA VEDAÇÃO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: METRO. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					450	R\$ 7.650,00
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					0	R\$ -
4	<b>3916000001209 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	200	100	300	R\$ 99,19	R\$ 14.878,50
	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE À BASE DE MANTA LIQUIDA ACRÍLICA OU RESINAS ACRÍLICAS ELÁSTICAS E FLEXÍVEIS, APLICADO A FRIO, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E A RAIOS SOLARES, PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHADOS, LAJES, PAREDES E PISOS DE ÁREAS FRIAS.						
	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE À BASE DE MANTA LIQUIDA ACRÍLICA OU RESINAS ACRÍLICAS ELÁSTICAS E FLEXÍVEIS, APLICADO A FRIO, RESISTENTE A INTEMPÉRIES E A RAIOS SOLARES, PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHADOS, LAJES, PAREDES E PISOS DE ÁREAS FRIAS.						
	CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					150	R\$ 14.878,50
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					0	R\$ -
5	<b>3916000000326 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	500	100	600	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPIM E RUFO EM CONCRETO ARMADO						
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPIM E RUFO EM CONCRETO ARMADO COM ACABAMENTO DESEMPENADO APARENTE, MEDINDO 25 X 5 CM, PARA PROTEÇÃO DE ALVENARIAS E COBERTURAS.						
	CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					300	R\$ 18.000,00
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					0	R\$ -
6	<b>3916000000673 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	500	100	600	R\$ 13,86	R\$ 4.158,00
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELA PLÁSTICA PEAD						
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELA PLÁSTICA PEAD, MALHA 13 MM E FIO 1,0 MM, APLICADA NA ANCORAGEM DA MANTA ASFÁLTICA.						
	CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					300	R\$ 4.158,00
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO					0	R\$ -



A GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo de sociedade empresária limitada, CNPJ 17.851.596/0001-36, Quadra SHCGN CLR 705 Bloco E S/N Loja 08 Parte MO Bairro Asa Norte CEP 70730-555 Brasília/DF

PREGÃO ELETRÔNICO SISRP Nº.: 60/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÕES DA UFRN, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Int.	Quant. Ext.	Quant. Total	Valor	Total
7	<b>3916000000316 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	2000	100	2100	R\$ 107,00	R\$ 112.350,00
	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS E LAJES C/ MANTA ASFÁLTICA DE POLIESTER, TIPO II OU SUPERIOR</b>						
	IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS E LAJES C/ MANTA ASFÁLTICA DE POLIESTER, ESPESSURA 4 MM, INCLUSIVE IMPRIMAÇÃO. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				1050	R\$ 112.350,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
8	<b>3916000000315 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	6000	100	6100	R\$ 107,00	R\$ 326.350,00
	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS E LAJES COM MANTA ASFÁLTICA DE POLIESTER (MANTA ALUMINIZADA), TIPO II OU SUPERIOR</b>						
	IMPERMEABILIZAÇÃO DE CALHAS E LAJES COM MANTA ASFÁLTICA DE POLIESTER, ESPESSURA 3 MM (MANTA ALUMINIZADA), INCLUSIVE IMPRIMAÇÃO. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				3050	R\$ 326.350,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
9	<b>3916000000672 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	500	50	550	R\$ 124,00	R\$ 34.100,00
	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO EM CAIXAS D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS COM MANTA ASFÁLTICA DE POLIESTER, TIPO III OU SUPERIOR</b>						
	IMPERMEABILIZAÇÃO EM CAIXAS D'ÁGUA E RESERVATÓRIOS COM MANTA ASFÁLTICA DE POLIESTER, TIPO III, ESP.: 4MM, INCLUSIVE IMPRIMAÇÃO E ANCORAGEM COM PINOS DE AÇO INOX NAS PAREDES VERTICAIS. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				275	R\$ 34.100,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
10	<b>3916000000310 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	210	100	310	R\$ 40,00	R\$ 6.200,00
	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO SEMI-FLEXÍVEL COM TINTA ASFÁLTICA</b>						
	IMPERMEABILIZAÇÃO SEMI-FLEXÍVEL COM TINTA ASFÁLTICA EM SUPERFÍCIES LISAS DE PEQUENAS DIMENSÕES. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				155	R\$ 6.200,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
11	<b>3916000001215 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	5000	100	5100	R\$ 23,10	R\$ 58.905,00
	<b>MOVIMENTAÇÕES DE TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE IMPERMEABILIZAÇÕES DE CALHAS E LAJES ADJACENTES</b>						
	MOVIMENTAÇÕES DE TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE IMPERMEABILIZAÇÕES DE CALHAS E LAJES ADJACENTES, SEM SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE VEDAÇÃO E PARAFUSO, PARA REALIZAÇÃO DE REPAROS NA COBERTURA. NÃO HÁ TRANSPORTE OU DESCIDA DE TELHAS, O MATERIAL É ACOMODADO NA PRÓPRIA COBERTURA DURANTE A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				2550	R\$ 58.905,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
12	<b>3916000000323 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	1800	100	1900	R\$ 55,10	R\$ 52.345,00
	<b>PROTEÇÃO MECÂNICA COM ARGAMASSA</b>						
	PROTEÇÃO MECÂNICA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 ( CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 2 CM. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				950	R\$ 52.345,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
13	<b>3916000000306 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	150	100	250	R\$ 14,40	R\$ 1.800,00
	<b>RASPAGEM DE SUPERFÍCIE IMPERMEABILIZADA</b>						
	RASPAGEM DE SUPERFÍCIE IMPERMEABILIZADA COM TINTA ASFÁLTICA, INCLUSIVE BOTA FORA DO MATERIAL RESULTANTE. UNIDA DE FORNECIMENTO: METRO QUADRADO. CATMAT/CATSER:1635						



A GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo de sociedade empresária limitada, CNPJ 17.851.596/0001-36, Quadra SHCGN CLR 705 Bloco E S/N Loja 08 Parte MO Bairro Asa Norte CEP 70730-555 Brasília/DF

PREGÃO ELETRÔNICO SISRP Nº.: 60/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÕES DA UFRN, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Int.	Quant. Ext.	Quant. Total	Valor	Total
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				125	R\$ 1.800,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
14	<b>391600000308 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	4000	1000	5000	R\$ 56,60	R\$ 141.500,00
	<b>REGULARIZAÇÃO DE PISO/BASE EM ARGAMASSA</b>						
	REGULARIZAÇÃO DE PISO/BASE EM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA MÉDIA DE 3,0 CM, PREPARO MANUAL. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				2500	R\$ 141.500,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
15	<b>391600000307 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	6000	100	6100	R\$ 14,40	R\$ 43.920,00
	<b>RETIRADA DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MANTA ASFÁLTICA</b>						
	RETIRADA DE IMPERMEABILIZAÇÃO EM MANTA ASFÁLTICA, INCLUSIVE BOTA FORA DO MATERIAL RESULTANTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: METRO QUADRADO. CATMAT/CATSER:1635						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				3050	R\$ 43.920,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
16	<b>3916000001055 - LICITADO</b>	M3	500	300	800	R\$ 324,00	R\$ 129.600,00
	<b>RETIRADA DE PROTEÇÃO MECÂNICA, INCLUSIVE BOTA-FORA DE MATERIAL</b>						
	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 5 METROS CÚBICOS E RETIRADA DE ENTULHO DA OBRA, CLASSE A (SOLO, CONCRETO, ARGAMASSAS, TIJOLOS) UTILIZANDO CAIXA COLETORA (CAÇAMBA) COM CAPACIDADE DE 5M3, INCLUSIVE ALUGUEL DA CAÇAMBA E DESTINAÇÃO APROPRIADA. CATMAT/CATSER:1635						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				400	R\$ 129.600,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
17	<b>391600000318 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	1500	1000	2500	R\$ 56,00	R\$ 70.000,00
	<b>REVISÃO DE COBERTURA DE TELHA TIPO COLONIAL</b>						
	REVISÃO DE COBERTURA DE TELHA TIPO COLONIAL COM RETIRADA E REASSENTAMENTO DAS TELHAS, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE 30% DO MATERIAL. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				1250	R\$ 70.000,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
18	<b>391600000322 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	1000	1000	2000	R\$ 63,10	R\$ 63.100,00
	<b>REVISÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI 1ª SERRADA NÃO APARELHADA</b>						
	REVISÃO DE ESTRUTURA DE MADEIRA DE LEI 1ª SERRADA NÃO APARELHADA PARA TELHAS ONDULADAS, VÃOS DE 7 METROS ATÉ 10 METROS COM REPOSIÇÃO DE 30% DO MATERIAL. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				1000	R\$ 63.100,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
19	<b>391600000321 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	1500	500	2000	R\$ 102,00	R\$ 102.000,00
	<b>REVISÃO DE ESTRUTURA EM MADEIRA PARA TELHA CERÂMICA</b>						
	REVISÃO DE ESTRUTURA EM MADEIRA PARA TELHA CERÂMICA COM REPOSIÇÃO DE 30% DE MATERIAL. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				1000	R\$ 102.000,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	





A GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo de sociedade empresária limitada, CNPJ 17.851.596/0001-36, Quadra SHCGN CLR 705 Bloco E S/N Loja 08 Parte MO Bairro Asa Norte CEP 70730-555 Brasília/DF

PREGÃO ELETRÔNICO SISRP Nº.: 60/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÕES DA UFRN, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Int.	Quant. Ext.	Quant. Total	Valor	Total
20	<b>3916000001208 - LICITADO</b>	METRO	1000	200	1200	R\$ 60,00	R\$ 36.000,00
	SUBSTITUIÇÃO (RETIRADA DO ANTIGO E COLOCAÇÃO DO NOVO) OU TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, APLICAÇÃO DE DELIMITADOR DE PROFUNDIDADE IMPERMEÁVEL E FLEXÍVEL COM ESPUMA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE COM DIÂMETRO DE 25MM, SELANTE/MASTIQUE A BASE DE POLIURETANO (PU). E = 20MM.						
	SUBSTITUIÇÃO (RETIRADA DO ANTIGO E COLOCAÇÃO DO NOVO) OU TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, APLICAÇÃO DE DELIMITADOR DE PROFUNDIDADE IMPERMEÁVEL E FLEXÍVEL COM ESPUMA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE COM DIÂMETRO DE 25MM, SELANTE/MASTIQUE A BASE DE POLIURETANO (PU). E = 20MM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: METRO. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				600	R\$ 36.000,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
21	<b>3916000001216 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	5000	200	5200	R\$ 28,00	R\$ 72.800,00
	SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE FIXAÇÃO PARA TELHAS METÁLICAS						
	SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE FIXAÇÃO PARA TELHAS METÁLICAS. O CONJUNTO DEVE INCLUIR HASTE DE ALUMÍNIO C/ REGIÃO ROSCÁVEL, PORCA DE ALUMÍNIO Ø 5/16" LIGA 6063-T6, ARRUELA DE ALUMÍNIO Ø 28X2 MM LIGA 3105-H19, DUPLA GUARNIÇÃO EM EPDM Ø 22X3 MM, GOIVA TRAPEZOIDAL DE ALUMÍNIO LIGA 3105-H19. MATERIAIS E APLICAÇÃO CONFORME NBR 14331-2009. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				2600	R\$ 72.800,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
22	<b>3916000000319 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	5000	200	5200	R\$ 27,50	R\$ 71.500,00
	SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE VEDAÇÃO E PARAFUSO PARA TELHAS DE FIBROCIMENTO						
	SUBSTITUIÇÃO DE CONJUNTO DE VEDAÇÃO E PARAFUSO PARA TELHAS DE FIBROCIMENTO CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				2600	R\$ 71.500,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
23	<b>3916000001214 - LICITADO</b>	UNIDADE	50	200	250	R\$ 75,95	R\$ 9.493,75
	SUBSTITUIÇÃO DE CUMEEIRA DANIFICADA POR CUMEEIRA NOVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. CUMEEIRA NORMAL FIBROCIMENTO, PARA TELHA MAXIPLAC, DIMENSÕES MÍNIMAS 1060 X 597 MM, INCLINAÇÃO ENTRE 5 E 20 GRAUS, ESPESSURA 8MM						
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL FIBROCIMENTO S/ AMIANTO (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO - CRFS), PARA TELHA ONDULADA, DIMENSÕES MÍNIMAS 110 X 50 CM, INCLINAÇÃO ENTRE 5 E 20 GRAUS, ESPESSURA 8MM. INCLUSIVE RETIRADA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DA TELHA DANIFICADA. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				125	R\$ 9.493,75	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
24	<b>3916000001213 - LICITADO</b>	UNIDADE	200	200	400	R\$ 68,00	R\$ 13.600,00
	SUBSTITUIÇÃO DE CUMEEIRA DANIFICADA POR CUMEEIRA NOVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. CUMEEIRA NORMAL FIBROCIMENTO, PARA TELHA ONDULADA, DIMENSÕES MÍNIMAS 1100 X 500 MM, INCLINAÇÃO ENTRE 5 E 20 GRAUS, ESPESSURA 8MM						
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CUMEEIRA NORMAL FIBROCIMENTO S/ AMIANTO (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO - CRFS), PARA TELHA ONDULADA, DIMENSÕES MÍNIMAS 110 X 50 CM, INCLINAÇÃO ENTRE 5 E 20 GRAUS, ESPESSURA 8MM. INCLUSIVE RETIRADA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DA TELHA DANIFICADA. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				200	R\$ 13.600,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
25	<b>3916000001212 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	200	200	400	R\$ 225,00	R\$ 45.000,00
	SUBSTITUIÇÃO DE TELHA DANIFICADA POR TELHA NOVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. TELHA FIBROCIMENTO, TIPO MAXIPLAC, ESPESSURA 8MM						
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA FIBROCIMENTO S/ AMIANTO (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO - CRFS), TIPO MAXIPLAC, ESPESSURA 8MM. INCLUSIVE RETIRADA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DA TELHA DANIFICADA. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				200	R\$ 45.000,00	



A GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob o tipo de sociedade empresária limitada, CNPJ 17.851.596/0001-36, Quadra SHCGN CLR 705 Bloco E S/N Loja 08 Parte MO Bairro Asa Norte CEP 70730-555 Brasília/DF

PREGÃO ELETRÔNICO SISRP Nº.: 60/2022 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COBERTURA EM EDIFICAÇÕES DA UFRN, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Int.	Quant. Ext.	Quant. Total	Valor	Total
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
26	<b>3916000001211 - LICITADO</b>	METRO QUADRADO	1000	200	1200	R\$ 205,00	<b>R\$ 123.000,00</b>
	SUBSTITUIÇÃO DE TELHA DANIFICADA POR TELHA NOVA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. TELHA FIBROCIMENTO, TIPO ONDULADA, ESPESSURA 8MM						
	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHA FIBROCIMENTO S/ AMIANTO (CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO - CRFS), TIPO ONDULADA, ESPESSURA 8MM. INCLUSIVE RETIRADA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DA TELHA DANIFICADA. CATMAT/CATSER:1600						
	Quant. Int.						
	ADESÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				600	R\$ 123.000,00	
	Quant. Ext.						
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO				0	R\$ -	
Detalhamento Por Unidade Licitada							
UASG							
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						R\$	1.571.650,25
160345 - HOSPITAL DE GUARNICAO DE NATAL						R\$	-
Valor Total do Processo						R\$	1.571.650,25
<b>Valor Total da Proposta: Um milhão, quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e vint e cinco centavos.</b>							

Marcus Vinicius Farias de Castro  
Sócio Administrador  
CPF: 056.838.324-97



---

Emitido em 02/10/2023

**CONTRATO Nº 1112/2023 - CGC PROGEST (12.69.11)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 11/10/2023 16:05 )*

FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES

COORDENADOR - TITULAR

CGC PROGEST (12.69.11)

Matrícula: ###773#0

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **1112**, ano: **2023**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **11/10/2023** e o código de verificação: **9acdc24137**